CIDADE DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS
SETOR DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Rua Dr. Siqueira Campos, 176 - LIberdade - 01509-020 - São Paulo - SP

Extrato

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°: 744/2024 / SMS.G (100%)
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 6018.2024/0054349-8
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 90533/2024 / SMS.G
ORGÃO GESTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
DETENTORA: DGC COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA
CNPJ: 06.238.495/0001-78
OBJETO: FRASCO LABORATÓRIO PARA COLETA DE ÁGUA
VIGÊNCIA: 13/09/2024 A 13/09/2025

Item: 1 - FRASCO, POLIPROPILENO, TAMPA FLIP TOP 120 ML
R$: 2,8000 / UN
MARCA:MOLDLAB/MBFR-T120
FABRICANTE: MOLDLAB COM. E IND. DE PROD. PLASTICOS LTDA
EMBALAGEM/APRESENTACAO: CX C/ 200 UN
REGISTRO: ISENTO
PROCEDENCIA: NACIONAL
Código Supri: 1119001100301404

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO:

Unidades	Mensal	Anual
	Item - 1	Item - 1
COVISA	667	8.004
TOTAL GERAL	667 UN	8.004 UN

OBS: Consumo Anual Global Estimado R$ – 22.411,20

-DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME PUBLICAÇÃO NO DOC/SP DE 01/10/2024.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 744/2024-SMS.G
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 6018.2024/0054349-8
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90533/2024/SMS.G

Aos 13 dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e quatro, no Gabinete da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, situado na Rua Dr. Siqueira Campos, 176 – Liberdade – São Paulo, Capital, de um lado, a **PREFEITURA DE SÃO PAULO,** através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, neste ato representada pela Coordenador de Vigilância em Saúde, senhor **LUIZ ARTUR VIEIRA CALDEIRA**, por força da delegação conferida pela Portaria nº 727/2018 – SMS.G e 401/2021-SMS.G, combinado com o art. 29 do Decreto Municipal nº 59.685/2020, doravante designada, simplesmente, **SMS**, e, de outro, a empresa **DGC COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA**, CNPJ nº . **06.238.495/0001-78** com sede na Rua Alvaro Afonso, 72, Vila Gea, São Paulo/ SP CEP: 04.691-030, e-mail: licitacoes@dgccomercio.com.br, tel. (11) 3476-7082, vencedora e adjudicatária do **PREGÃO ELETRONICO** suprarreferido, neste ato representada pelo seu procurador, senhor. **WALDIR MARQUES JÚNIOR**, RG 13.968.910-2, CPF. 066.250.398-88., Sócio/Proprietário, brasileiro doravante denominada, simplesmente, **DETENTORA**, de acordo com a HOMOLOGAÇÃO firmada no sistema de compras COMPRASGOV em 04/09/2024, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar o preço do material discriminado na cláusula primeira, em conformidade com os termos do Edital do Pregão e seus Anexos e a proposta da DETENTORA, que integram o presente instrumento para todos os efeitos legais, bem como as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta Ata o **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE FRASCO LABORATÓRIO PARA COLETA DE ÁGUA,** descritos e especificados no Anexo I do Edital do **Pregão nº 90533/2024/SMS**, cujos termos são parte integrantes deste instrumento, nas condições a seguir ajustadas:

WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Assinado de forma digital por WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Dados: 2024.09.15 12:46:49 -03'00'

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 O preço registrado nesta Ata refere-se ao seguinte item:

ITEM 01 - FRASCO LABORATÓRIO PARA COLETA DE ÁGUA
R$ 2,80/UN
MARCA: MOLDLAB/MBFR-T120
FABRICANTE: MOLDLAB COM. E IND. DE PROD. PLASTICOS LTDA
EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: CX C/ 200 UN
REGISTRO NO M.S: ISENTO
PROCEDENCIA: NACIONAL
SUPRI: 1119001100301404

2.2 O preço a ser pago pelo fornecimento realizado será aquele registrado neste instrumento, independentemente da data da entrega do objeto.

2.3 O preço registrado compreenderá todos os custos necessários à execução do objeto desta Ata de Registro de Preço, incluso frete até os locais de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

3.1. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data base fixada na Ata de Registro de Preços.

3.2. Os preços registrados poderão ser adequados pela Comissão de Revisão de Preços e Pedido de Reequilíbrio Econômico Financeiro nos termos da Portaria 083/2023/SMS.G, em função da dinâmica do mercado, com elevação ou redução de seu respectivo valor.

CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

4.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de um ano, prorrogável por até igual período, nos termos do art. 99 do Decreto Municipal nº 62.100/22, mediante o cumprimento satisfatório das obrigações da Detentora, bem como aferição de vantagem técnica/econômica mediante pesquisa mercadológica.

4.1.1. O atendimento do item 4.1, nas hipóteses em que os contratos decorrentes da utilização de Ata de RP onerarem dotação orçamentária referente à transferência de recursos de outro ente federativo, fica condicionada à observação da legislação do respectivo órgão.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA

5.1. O consumo médio estimado dos materiais, cujos preços são registrados nesta Ata, está distribuído, pela ordem, entre as seguintes unidades requisitantes:

WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Assinado de forma digital por WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Dados: 2024.09.15 12:47:09 -03'00'

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO

UNIDADES	MENSAL	ANUAL
	ITEM 01	
COVISA/LCQS	667	8.000
TOTAL GERAL	***667***	***8.000***

5.2 Os materiais deverão ser entregues pela DETENTORA no seguinte endereço de segunda à sexta-feira (exceto feriados, pontos facultativos e pontes) das 9:00 as15:00h:

COVISA/ LCQS	Laboratório de Controle de Qualidade em Saúde – Setor de Almoxarifado	Av. Guilherme, 82 – V. Guilherme - São Paulo/SP	2218-8659.

5.3 A presente Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações de que dela poderão avir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, devidamente justificada, sendo assegurada à DETENTORA a preferência em igualdade de condições.

5.3.1 As unidades requisitantes deverão certificar-se da conveniência de utilizarem a presente ata de registro de preço, realizando prévia pesquisa dos preços correntes no mercado para fornecimento do produto, nas mesmas condições previstas neste instrumento.

5.4 O contrato de fornecimento, apenas estará caracterizado após o recebimento pela DETENTORA das ordens de fornecimento, emitidas pelas unidades requisitantes, as quais deverão ter sido precedidas da emissão da competente nota de empenho após a publicação do despacho autorizatório no D.O.C.

5.4.1 Quando cabível a lavratura de termo de contrato, a DETENTORA deverá passar recibo na cópia, enviada via e-mail, que necessariamente lhe acompanhará, devolvendo-a também através de e-mail, no prazo de 03 (três) dias úteis, à unidade requisitante para que seja juntada aos autos.

5.5 A entrega da nota de empenho e a assinatura do termo contratual (quando este for exigível) ficarão condicionadas à apresentação, pela DETENTORA, dos seguintes documentos, devidamente atualizados:

5.5.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

5.5.2 Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

5.5.3 Comprovação da inexistência de registro em nome da empresa junto ao CADIN – Cadastro Informativo Municipal.

WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Assinado de forma digital por WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888 Dados: 2024.09.15 12:47:26 -03'00'

5.6 Caso necessário, a DETENTORA deve atualizar suas informações no cadastro de credores do município em tempo hábil para emissão da Nota de Empenho.

5.7 A requisição de compra e a ARP poderão ser canceladas e o fornecedor penalizado, em caso de demora na atualização da documentação ou na regularização de qualquer situação impeditiva à realização da compra.

5.8 A partir da notificação formal, por meio eletrônico, informando a possibilidade de cancelamento da requisição de compra e da ARP, a DETENTORA terá dois dias úteis para regularização da documentação;

5.9 A DETENTORA estará obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento, expedidas durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, mesmo que a respectiva entrega esteja prevista para data posterior a de seu termo final;

5.10 As ordens de fornecimento, juntamente com as notas de empenho, serão enviadas via e-mail, contendo data de expedição, quantidade pretendida, preço unitário e total, local e prazo para entrega, carimbo e assinatura do responsável pela unidade requisitante;

5.10.1 Ao receber a ordem de fornecimento e a nota de empenho, via e-mail, a DETENTORA deverá delas passar recibo nas cópias que necessariamente lhe acompanharão, devolvendo-as também através de e-mail, NA MESMA DATA DO RECEBIMENTO, à unidade requisitante para que seja juntada aos autos dos processos de requisição e de liquidação e pagamento.

5.11 A DETENTORA é responsável por garantir as condições necessárias para recebimento por meio eletrônico das Ordens de Fornecimento, Notas de Empenho e documentos equivalentes, atualizando seu endereço eletrônico sempre que necessário;

5.12 O prazo máximo para entrega do produto será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte ao envio da Ordem de Fornecimento por meio eletrônico à DETENTORA;

5.12.1 O descumprimento do prazo estipulado no item 5.12 dará ensejo à aplicação das multas contratualmente previstas;

5.13 A entrega do objeto na unidade requisitante deverá ser acompanhada de nota fiscal ou nota fiscal fatura, bem como da cópia reprográfica da ordem de fornecimento e da nota de empenho;

5.14 As notas fiscais deverão conter os números dos lotes correspondentes a cada entrega, bem como a marca e o nome do fabricante do produto.

WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Assinado de forma digital por WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888 Dados: 2024.09.15 12:47:42 -03'00'

5.15 As unidades requisitantes não poderão receber produto diferente daquele objeto do registro de preço, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.

5.16 Constatadas irregularidades no objeto entregue, a unidade requisitante poderá:

5.16.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.16.1.1 Na hipótese de substituição, a DETENTORA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito;

5.16.2 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.16.2.1 Na hipótese de complementação, a DETENTORA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

5.17 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega da fatura ou de documento equivalente, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante termo de recebimento definitivo ou recibo, firmado pelo servidor responsável.

5.18 O recebimento do material pelo órgão requisitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do produto verificadas posteriormente, garantindo-se ao órgão requisitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.

5.19 As embalagens deverão ser acondicionadas conforme praxe do fabricante, trazendo impressa a indicação quantitativa, qualitativa, número de lote, data de fabricação e prazo de validade.

5.20 Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega somente serão analisados pela Administração caso sejam requeridos até a data final prevista para a entrega e desde que estejam instruídos com as devidas justificativas e comprovação.

5.20.1 Os pedidos instruídos em condições diversas das previstas anteriormente serão indeferidos de pronto.

WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Assinado de forma digital por WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Dados: 2024.09.15 12:47:59 -03'00'

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data final do adimplemento de cada fornecimento.

6.2 Em havendo atraso no pagamento, por culpa exclusiva da SMS, os valores devidos serão acrescidos da respectiva compensação financeira, mediante requerimento expresso da DETENTORA, nos termos da Portaria SF nº 05 de 05 de janeiro de 2012.

6.2.1 Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o subitem 6.2, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

6.3 Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá submeter à unidade requisitante a competente nota fiscal, acompanhada, cópia reprográfica da nota de empenho e da respectiva ordem de fornecimento.

6.3.1 Nas hipóteses em que a DETENTORA deva proceder a ajustes da documentação necessária ao pagamento, o prazo será interrompido e reiniciará a partir da data em que se der a regularização.

6.4 O pagamento será retido se houver pendências no CADIN.

6.5 Estando em termos a documentação apresentada, o pagamento devido será depositado na conta corrente que a DETENTORA deverá manter no BANCO DO BRASIL, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197, de 22 de janeiro de 2010.

6.5.1 Em sendo a unidade requisitante entidade autárquica, a forma de pagamento será a eleita pela administração indireta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OUTRAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

7.1 A DETENTORA responsabilizar-se-á por todos os prejuízos que porventura ocasione a SMS ou a terceiros, em razão da execução dos fornecimentos decorrentes da presente Ata.

7.2 Por ocasião da entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade equivalente a pelo menos **2/3 (dois terços)** do prazo de validade total. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das Atas de Registro de Preços – Divisão de Suprimentos / SMS-3, a Secretaria poderá, excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando

WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Assinado de forma digital por WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Dados: 2024.09.15 12:48:17 -03'00'

acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos materiais no período de validade.

7.3 A DETENTORA estará obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, ainda que o fornecimento decorrente esteja previsto para ocorrer após o término de sua vigência.

7.4 A DETENTORA será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos materiais.

7.5 A DETENTORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

7.6 A DETENTORA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

7.7 A DETENTORA deverá comunicar a SMS.3/Setor de Atas toda e qualquer alteração nos seus dados cadastrais, para atualização.

7.8 DETENTORA deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter, durante o prazo de vigência da presente Ata e dos respectivos contratos, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório que precedeu a celebração deste ajuste.

7.9 Em caso de suspeita de desvio de qualidade ou suspeita de irregularidade o fornecedor deverá arcar com os custos da análise, em laboratórios de controle de qualidade acreditados junto ao Instituto de Pesquisas Tecnológicos (IPT) ou INMETRO ou Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) em nome do Fabricante ou do Detentor do registro do produto na ANVISA. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.

8.1.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888 Assinado de forma digital por WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888 Dados: 2024.09.15 12:48:33 -03'00'

8.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;

b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

8.2.1 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

8.3 À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 8.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

8.4 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

8.4.1 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.

8.4.2 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.

8.4.3 Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor do material não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.

8.4.4 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do material entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.

8.4.5 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.

WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Assinado de forma digital por WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Dados: 2024.09.15 12:48:50 -03'00'

8.4.6 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.

8.5 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

8.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à SMS-3 - Diretoria de Suprimentos, Rua Dr. Siqueira Campos, 176 – Liberdade – São Paulo, Capital, e protocolizado nos dias úteis, das 08h00 às 17h00.

8.6.1 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

8.6.2 Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

8.7 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021

8.8 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA PRESENTE ATA

9.1 A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada, de pleno direito, pela SMS, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a DETENTORA:

9.1.1 Descumprir as condições estabelecidas no presente instrumento ou normas legais aplicáveis à espécie;

9.1.2 Não firmar os contratos de fornecimentos ou deixar de dar recebimento à nota de empenho e ordem de fornecimento nos prazos previstos;

9.1.3 Não aceitar reduzir o preço registrado na hipótese deste tornar-se superior aos praticados no mercado;

9.1.4 Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Assinado de forma digital por WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Dados: 2024.09.15 12:49:07 -03'00'

9.1.5 Deixar de possuir qualquer das condições de habilitação e ou de participação exigidas na licitação;

9.1.6 Der causa à rescisão administrativa dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços.

9.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.

9.3 Esta Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida nas hipóteses de rescisão dos contratos em geral, com as consequências legalmente previstas.

9.3.1 A Ata de Registro de Preço também poderá ser rescindida na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições aludidas no §1º, do art. 1º da Lei municipal nº 15.944/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Para a execução desta Ata de Registro de Preços, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

10.2 Fica eleito o foro da comarca do Município de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Assinado de forma digital por WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Dados: 2024.09.15 12:49:24 -03'00'

E por estarem de acordo, as partes Contratantes, foi por mim, Ana Lucia Fernandes da Silva, lavrado o presente instrumento, que lido e achado conforme, é assinado em duas vias de igual teor.

LUIZ ARTUR VIEIRA CALDEIRA:29220199858

Assinado de forma digital por LUIZ ARTUR VIEIRA CALDEIRA:29220199858
Dados: 2024.09.27 11:26:38 -03'00'

LUIZ ARTUR VIEIRA CALDEIRA
COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE – COVISA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

DETENTORA:

WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888

Assinado de forma digital por WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Dados: 2024.09.15 12:49:41 -03'00'

DGC COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA.
NOME: WALDIR MARQUES JÚNIOR
RG: 13.968.910-2
CPF: 066.250.398-88

Testemunhas:

ANA LÚCIA FERNANDES DA SILVA

Assinado de forma digital por ANA LÚCIA FERNANDES DA SILVA
Dados: 2024.09.16 11:46:41 -03'00'

1) Nome: Ana Lucia Fernandes da Silva
R.G: 19.221-161-4

ROSILDA GONÇALVES BRUM

Assinado de forma digital por ROSILDA GONÇALVES BRUM
Dados: 2024.09.16 11:46:59 -03'00'

2) Nome: Rosilda Gonçalves Brum
R.G: 21.200.582.0

ANEXO - I

Termo de Referência

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE FRASCO LABORATÓRIO PARA COLETA DE ÁGUA

ITEM 01: **FRASCO LABORATÓRIO PARA COLETA DE ÁGUA**
DESCRITIVO: Recipiente para coleta de amostra de água, em polipropileno, com tampa tipo Flip Top de fácil manejo e que garanta a integridade da amostra (fácil abertura, permanece aberta durante coleta de amostra, fácil fechamento em campo e fácil abertura na bancada do laboratório), estéril e que contenha pastilha com aproximadamente 10mg de Tiossulfato de sódio. Capacidade cerca de 120ml (não inferior a 100ml), com sistema de fecho duplo e que acompanhe etiquetas de identificação das amostras ou campo especifico para anotação no corpo no frasco.
CATMAT: 444151. Completar com descritivo acima na integra.
SUPRI: 1119001100301404

CONSIDERAÇÕES GERAIS:

- Apresentação: caixa
- Obrigatória a impressão da validade e lote em cada frasco
- Distribuição da quantidade solicitada de cada produto por seção técnica do LCQS: Material de uso exclusivo da Seção Técnica de Microbiologia;
- No momento da entrega do material no almoxarifado: o licitante deverá apresentar certificado de análise (laudo) referente ao lote do produto entregue. O prazo de validade deverá ser equivalente à pelo menos 2/3 (dois terços) do prazo de validade total;
- Apresentar catálogo, em língua portuguesa, com dados técnicos e ilustração do produto, durante o processo de licitação;
- Os fornecedores deverão apresentar catálogo com as características do produto, indicando a marca, fabricante e procedência do produto ofertado, para aprovação;
- Os produtos deverão estar acondicionados em embalagens resistentes, que mantenham a integridade dos produtos até o momento de sua utilização, trazendo externamente os dados de identificação do produto, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e prazo de validade da esterilidade, quando pertinente;
- Os produtos deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes;

WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Assinado de forma digital por WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Dados: 2024.09.15 12:49:59 -03'00'

- Sempre que necessário, a Unidade Requisitante poderá solicitar as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade de seu produto;

- O fornecedor deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso o produto ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante;

- Solicitada amostra para item, devendo ser avaliado:

  - Características do produto quanto à qualidade do material, resistência no manejo (coleta, transporte e preparo da amostra);

  - Verificação da tampa tipo Flip Top com fecho duplo;

  - Verificação da presença de pastilha de tiossulfato de sódio;

  - Verificação da impressão do lote e validade no frasco;

  - Verificação da capacidade volumétrica em cerca de 120ml;

- Número de unidades amostrais: 5 unidades;

- Informamos que os testes das amostras são realizados em paralelo as análises de rotina do laboratório, sendo assim, não é possível o acompanhamento dos ensaios, visto a premissa de sigilo e integridade dos dados dos nossos ensaios;

- A amostra reprovada será entregue ao fornecedor nas condições apresentadas após os testes descritos acima;

- **Não será possível a devolução da amostra reprovada pois os testes de avaliação do material consomem o produto**;

- Prazo para retirada da amostra não aprovada: 05 (cinco) dias após o fim da licitação. Transcorrido este prazo a municipalidade se isenta da responsabilidade de guarda;

- A amostra aprovada será contabilizada como parte do quantitativo requerido;

- Prazo para avaliação da amostra e encaminhamento da conclusão á DAF/CPL: 02 (dois) dias úteis;

- A amostra deverá ser entregue via postal, transportadora ou pessoalmente no seguinte endereço: Laboratório de Controle de Qualidade em Saúde sito a Avenida Guilherme, 82 CEP 02053-000, Bairro: Vila Guilherme, São Paulo –SP, de segunda à sexta feira, exceto feriados e emendas, das 9:00 ás 16:00 hs.

WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Assinado de forma digital por WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Dados: 2024.09.15 12:50:15 -03'00'

- Roteiro de avaliação

Item	Procedimento	Critério de aceitabilidade
01	Avaliação da resistência dos fechos duplos e da tampa Realizaremos a abertura e fechamento dos frascos em condições adversas, parecidas com as que são comumente encontradas em campo. Realizaremos abertura do frasco e porcionamento da amostra para análise em condições controladas.	Fechos e tampas deverão apresentar resistência e facilidade para manejo. Deverá garantir a integridade da amostra, através da perfeita vedação. O frasco deverá ser aberto, de forma segura para coleta de amostra, sem risco de contaminação. Deverá permanecer aberto, sem ajuda das mãos para segurar a tampa, durante o processo de coleta. Deverá apresentar facilidade para fechamento após a coleta, sem risco de contaminação. Permitir abertura do frasco, de forma segura, sem derramamento da amostra, em ambiente controlado (bancada).
	Avaliação da resistência do frasco contendo amostra	Frasco deverá permanecer integro depois de aberto e abastecido com a capacidade total do frasco. Deverá ter resistência para ser acondicionado em caixa de transporte providas com gelo reciclável. Não permitir vazamento da amostra, durante transporte e agitação por inversão em ângulo de 360º repetidas vezes. Deverá ser capaz de armazenar, de forma segura, mais de 100ml de amostra. Deverá ser capaz de fornecer 100ml de amostra em condições de bancada.
	Avaliação das condições físicas: - Lote/validade -Pastilha de tiossulfato -Local para identificação da amostra/ anotações -Capacidade volumétrica	Deverá ter os dados impressos de forma legível, lote e validade do produto, no corpo do frasco. Deverá conter pastilha de tiossulfato de sódio Deverá conter campo ou etiqueta, no corpo do frasco, que permita anotações/identificação da amostra, de forma segura e duradoura. Deverá ter capacidade volumétrica em cerca de 120ml, porém não inferior a 100ml.

WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Assinado de forma digital por WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Dados: 2024.09.15 12:50:31 -03'00'

JUSTIFICATIVAS:

Item 1 – Frasco de laboratório específico para coleta de água, necessário para coleta de amostras para realização de testes microbiológicos, visando atender ao programa VIGIAGUA e amostras envolvidas em casos de doenças de veiculação hídrica. **Referencial teórico**: APHA – Standard Methods for Examination of Water and Wastewater 23ª Ed. (2017). **Referencial Legal**: **Anexo XX, da portaria de consolidação N° 5/2017, alterado pela portaria GM/MS N° 888/2021. A utilização destes frascos garante maior produtividade, rastreabilidade e segurança das análises. Optamos por este frasco por se tratar de um produto pronto para o uso e descartável. Sendo assim apresenta menor consumo de recursos hídricos, elétricos, reagentes, detergente, papel, tinta, elástico e principalmente mão de obra, que no momento está bem reduzido em nosso laboratório.**

- Histórico de aquisição:

- Última aquisição: Acionamento de ATA de Registro de Preço nº 434/2021-SMS.G – 4000 unidades em 14/09/2023. Processo 6018.2023/0030073-9.

DAS PENALIDADES

São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.

As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

Ocorrendo recusa da adjudicatária na retirada da Nota de Empenho ou na assinatura do Contrato, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;

b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 03 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo

WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Assinado de forma digital por WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Dados: 2024.09.15 12:50:47 -03'00'

concedido para este fim, garantindo o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem acima ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

a) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.

b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.

c) Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor do material não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.

d) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do material entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.

e) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.

f) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.

As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO NO PREGÃO/CE e FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

- Responsável e seu RF pelo solicitado das seções e designados.

SEÇÃO	**NOME**	**RF**	**E-MAIL E TELEFONE**
Coordenação	Gabriela Fernandes da Silva Barreira Gouveia	784.183-3	gfsbarreira@prefeitura.sp.gov.br 2218-8645
Microbiologia	Lílian Rose Prado Sitibaldi	806.844.5	lilianrpsitibaldi@prefeitura.sp.gov.br 2218-8625
Microbiologia	Natalia Herrera da Silva	919.803.2	nataliahsilva@prefeitura.sp.gov.br 2218-8625

WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Assinado de forma digital por WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Dados: 2024.09.15 12:51:05 -03'00'

HORÁRIO PARA ENTREGA: Segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados, pontos facultativos e pontes) das 9:00h – 16:00h, responsável pelo recebimento: Kleber Crispim de Lima Jr

LOCAIS PARA ENTREGA:

COVISA/ LCQS	Laboratório de Controle de Qualidade em Saúde – Setor de Almoxarifado	Av. Guilherme, 82 – V. Guilherme - São Paulo/SP	2218-8659.

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO

UNIDADES	MENSAL	ANUAL
	ITEM 01	
COVISA/LCQS	667	8.000
TOTAL GERAL	***667***	***8.000***

WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888

Assinado de forma digital por WALDIR MARQUES JUNIOR:06625039888
Dados: 2024.09.15 12:51:22 -03'00'

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: DGC COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA
CNPJ: 06.238.495/0001-78

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:07:55 do dia 04/09/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 03/03/2025.
Código de controle da certidão: **9F61.5A7B.1314.8255**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 06.238.495/0001-78

Razão Social: DGC COMERCIO PROD PARA LABORATORIO LTDA

Endereço: R ANTONIO DE OLIVEIRA PAULINO 31 / VILA ISA / SAO PAULO / SP / 04689-220

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:30/08/2024 a 28/09/2024

Certificação Número: 2024083008591470910901

Informação obtida em 02/09/2024 15:42:23

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

prefeitura.sp.gov.br

Secretaria Municipal da Fazenda

Secretaria Municipal da Fazenda

CADIN Municipal - Consulta Inscritos

Informe o CPF ou CNPJ:

CPF/CNPJ: 06.238.495/0001-78 **(somente números)**

Digite os caracteres que aparecem na figura (letras em maiúsculo)

Pesquisar Voltar Limpar Nova Consulta

Gerar Comprovante

NÃO FORAM ENCONTRADAS PENDÊNCIAS PARA O CNPJ 06.238.495/0001-78 - DGC COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA.

Artigo 7 da Lei Municipal nº 14.094/2005: " A inexistência de registro no CADIN Municipal não configura reconhecimento de regularidade de situação, nem elide a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto e demais atos normativos."

Copyright SAC